COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº de 2019

(Do Senhor Deputado LEONARDO MONTEIRO)

Solicita a realização de Seminários para debater a MPV 868/2018 que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, a realização de 4 (quatro) Seminários Regionais e um Seminário Nacional para debater a Medida Provisória 868/2018, que atualiza o marco legal do saneamento básico, em conjunto com a CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a CDU – Comissão de Desenvolvimento Urbano e a CINDRA – Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Para tanto, solicito a realização dos seguintes Seminários Regionais e Seminário Nacional:

- Seminário 1 – Região Norte (Estados: Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Acre e Amazonas);
- Seminário 2 – Região Nordeste (Estados: Bahia, Paraíba, Sergipe e Alagoas);
- Seminário 3 – Região Nordeste (Estados: Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Alagoas);
- Seminário 4 – Região Sudeste (Estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo);
- Seminário 5 – Região Sul (Estados: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina);
- Seminário Nacional, em Brasília, contemplando também a região Centro-Oeste, com a temática: “Os desafios da Universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e a MPV 868/2018 que atualiza o marco legal do saneamento básico”.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar das conquistas sociais que o Brasil experimentou na última década, em relação ao saneamento básico os desafios ainda são grandes.

Segundo a Declaração da ONU de 2010, “...o acesso à água limpa e ao saneamento básico são direitos humanos fundamentais”. Este continua como um dos objetivos a serem alcançados por vários países, sobretudo os mais pobres, categoria que inclui o Brasil. Grande parte de sua população ainda vive sem condições mínimas de saneamento básico, notadamente o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto.

O objetivo dos seminários que ora propomos é garantir à população e aos agentes que atuam no saneamento aprofundar o debate sobre os desafios colocados, na perspectiva de se conseguir a universalização do acesso a esses serviços, no contexto da MPV 868/2018.

O fato de regionalizar o debate propiciará que um maior número de interessados e envolvidos se apropriem do tema e contribuam para que o resultado das alterações que ora se almeja, em relação ao marco legal do saneamento básico, reflita o consenso possível entre os vários seguimentos e interesses.

O abastecimento de água e o esgotamento sanitário, bem como a recuperação e proteção das nascentes, das áreas de mananciais e das matas ciliares estão intimamente relacionados ao desenvolvimento sustentável das cidades, combinados com as necessárias políticas de desenvolvimento urbano, notadamente a política habitacional, entre outras.

A garantia do saneamento básico universal possibilita a redução de doenças de veiculação hídrica que afeta, sobretudo, as populações mais pobres.

Nesse sentido, fortalecer o papel do Estado no provimento desses serviços é estratégico para a garantia do acesso a toda a população brasileira ao saneamento básico. Colocar os órgãos públicos federais, estaduais e municipais a serviço da reforma urbana justa e democrática é fundamental para o futuro das cidades e garantia de uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

No mais, destacamos que há uma série de iniciativas de parlamentares no Congresso Nacional no sentido de propor alteração no artigo 6º da Constituição Federal de forma a acrescentar o acesso à água e ao saneamento como direitos sociais, assim como tantos outros, como já é o caso da saúde, habitação e transporte.

Pelo exposto, solicitamos aos nobres membros deste Colegiado a aprovação deste Requerimento.

Sala das Comissões, em de abril de 2019.

LEONARDO MONTEIRO
DEPUTADO FEDERAL PT/MG